



JUVENTUDE E VIOLENCIA¹

Ieda Brasília Oliveira Schmatz²

INTRODUÇÃO: A sociedade brasileira, com o apoio da mídia, tem assistido ao aumento crescente da violência, tendo como destaque os crimes brutais cometidos por jovens. Esse apelo emotivo, mas real, faz com que a população exija medidas duras, propondo a redução da idade penal e em casos extremos, justificando a pena de morte. Nesse contexto, é premente refletir sobre as condições em que se encontra o jovem brasileiro, situando-o como vítima e vitimizador. **MATERIAL E MÉTODOS:** A partir das preocupações relatadas na introdução, realizou-se uma pesquisa através do componente curricular de Política Social IV – Violência e Paz – onde entrevistou-se diferentes segmentos da população (lideranças, profissionais de ensino superior, população em geral e os próprios adolescentes) para saber o que pensavam em relação a maioridade aos 16 anos; Quais seriam as causas de tanta violência na opinião dos entrevistados; Se a pena de morte resolveria o problema da violência; Se há esperança que a violência irá diminuir; Que saídas aponta; Que métodos dariam certo na reintegração dos jovens infratores na sociedade. **RESULTADOS:** Dos 70 entrevistados de nível superior, 53 (76%) eram de nível superior completo, entre a faixa etária de 22 a 65 anos de idade; 17 (24%) eram de nível superior incompleto, entre 17 a 45 anos de idade, dentre os cursos de Administração, Pedagogia, Serviço Social, Direito e Psicologia. Quanto a questão de estar a favor da maioridade penal, 34 (74%) dos entrevistados são do nível superior completo e 12 (26%) são do nível superior incompleto. Do nível superior completo, 24 dos 34 entrevistados acham que aos 16 anos de idade, o jovem é responsável e consciente por seus atos; e 10 dos entrevistados consideram o jovem aos 16 anos de idade com capacidade de discernimento do certo do errado. Do nível superior incompleto, 7 dos 12 entrevistados consideram o jovem de 16 anos responsável por seus atos; e 5 dos entrevistados acreditam que o jovem aos 16 anos tem consciência e sabe o que é certo e errado. Não houve nenhuma resposta indecisa. Quanto a questão de estar contra a maioridade penal aos 16 anos de idade, 19 (79%) entrevistados são do nível superior completo e 5 (21%) são do nível superior incompleto. Do nível superior completo, 8 dos 19 entrevistados acham que a maioridade penal aos 16 anos de idade não resolveria o problema em questão; 3 dos entrevistados acreditam que deve haver mais educação; 7 dos entrevistados acreditam que aos 16 anos de idade o jovem não tem maturidade e/ou capacidade suficiente e 1 entrevistado acredita que não saiba discernir entre o certo e o errado. Do nível superior incompleto, 4 dos 5 entrevistados acreditam que a maioridade penal aos 16 anos não resolveria o problema em questão e 1 dos entrevistados considera-o incapaz de discernir entre o que é o certo e o errado. Quanto a classificação dos 53 entrevistados do nível superior completo sobre a questão da pena de morte, 28 são contra, 10 são a favor, 14 se consideram indecisos frente a essa questão e 1 entrevistado não respondeu. Quanto a classificação dos 17 entrevistados do nível superior incompleto sobre a questão da pena de morte, 9 são contra, 2 são a favor, 5 se consideram indecisos frente a essa questão e 1 entrevistado não respondeu. Quanto às causas da violência, os graduados responderam: Desigualdade social: 17 (32%); Desemprego: 5 (9%); Desestrutura familiar: 8



(15%); Alcoolismo/Droga: 2 (4%); Corrupção: 2 (4%); Outros: 19 (36%) - falta de segurança pública, de educação eficiente, de leis mais rígidas, de impunidade, da influência dos Meios de Comunicação, da ausência do Estado. Os estudantes do ensino superior responderam de forma muito semelhante: Desigualdade social: 8 (46%); Desemprego: 3 (18%); Desestrutura familiar: 1 (6%); Corrupção: 1 (6%); Outros: 3 (18%) - falta de segurança pública, de educação eficiente, de leis mais rígidas, de impunidade, da influência dos Meios de Comunicação, da ausência do Estado. Nenhum dos entrevistados considerou o alcoolismo/droga como uma das causas da violência na sociedade. Em relação a esperança de a violência diminuir, dos 53 entrevistados de nível superior completo, 33 acreditam que há esperança na diminuição da violência: destes, 11 entrevistados apostam em políticas mais sérias; 11 apostam em mais investimentos na educação; 6 apontam maior organização e participação da sociedade; 5 apostam em estabelecimento de leis mais rígidas; dos 53 entrevistados, 20 acreditam que não há esperança na diminuição da violência; destes, 8 acreditam que se necessita mais investimento na educação das gerações futuras; 3 acreditam investir mais na organização, planejamento e comprometimento da segurança pública; 2 acreditam que deve haver mais igualdade e oportunidade; 4 acham que não há punição correta; 2 acham as políticas públicas ineficientes; e 1 entrevistado acredita que os capitalistas não dão valor as classes inferiores. Dos 17 entrevistados de ensino superior incompleto, 13 acreditam que há esperança na diminuição da violência, sendo que destes, 5 apostam em políticas mais eficientes; 1 aposta em mais investimentos na educação; 3 apontam maior organização e participação da sociedade; 4 apostam em estabelecimento de leis mais rígidas. Dos 17 entrevistados, 4 acreditam que não há esperança na diminuição da violência: 1 acha as políticas públicas ineficientes; e 1 entrevistado acredita que o brasileiro é calmo e acomodado; 1 acredita que há pouco investimento na educação; e 1 acredita que há muita circulação de armas. Quanto aos métodos que dariam certo para reinserção de jovens infratores, os profissionais de ensino superior destacaram: Educação: 18 (34%); Repressão: 5 (9%); Colônias Penais: 2 (4%); Serviços comunitários: 2 (4%); Outros: 26 (49%)- palestras, incentivo ao trabalho, grupos de estudo, tratamento psicológico, reintegração do jovem, cursos profissionalizantes, projetos sociais, medidas sócio-educativas. Já os estudantes do ensino superior apontaram: Educação: 1 (6%); Colônias Penais: 2 (12%); Serviços comunitários: 2 (12%); Outros: 12 (70%)- palestras, incentivo ao trabalho, grupos de estudo, tratamento psicológico, reintegração do jovem, cursos profissionalizantes, projetos sociais, medidas sócio-educativas. Dos 17 entrevistados do nível superior incompleto, nenhum entrevistado citou a repressão como um método de reintegração do jovem infrator.

DISCUSSÃO/CONCLUSÕES: Uma grande parcela da sociedade é favorável à redução da maioria penal, por que crêem que não há punição aos menores infratores. Isto é um grande equívoco, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê penalidades para os autores de atos infracionais, que vão de uma simples advertência até a medida de internação (privação de liberdade). Além de punir, o ECA visa também a reintegração desses jovens à sociedade. O Brasil tem, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um dos melhores instrumentos jurídicos do mundo no que se refere ao tratamento que deve ser dispensado pelo Estado e pela Sociedade para os menores de idade. Falta sim, e esta pode ser a principal causa, uma implementação mais efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente. Construir uma cultura



de paz, através de políticas sociais que criam projetos/programas que façam o jovem sentir-se valorizado, protagonista de sua história, acompanhar o jovem para que ele consiga espaço no mercado de trabalho, fazendo-o sentir-se valorizado e garantir sua sobrevivência. Criar espaços de discussão sobre as diversas realidades para que o jovem possa repensar suas necessidades, as quais muitas vezes são criadas pela sociedade é dever de todos nós. Os profissionais precisam compreender profundamente as causas da violência, para sair do comodismo e do silêncio, denunciando as várias formas de violências e injustiças que ocorrem com as diferentes pessoas e classes, principalmente as crianças e jovens. Calar, é consentir a perpetuação da violência e do medo.

¹ Trabalho do Curso

² Aluno